

## ATA DA XVI REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA E XXVIII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADAS EM SALVADOR-BA

1 Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, as 09h40, reuniu-se os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica  
2 do Rio São Francisco - CBHSF, no Salão Jatahy do Catussaba Resort Hotel, situado na Alameda da Praia, S/N,  
3 Itapuã – Salvador – Bahia para participarem da XVI Reunião Plenária Extraordinária e XXVIII Reunião Plenária  
4 Ordinária do CBHSF. **Participaram os seguintes membros titulares:** Ana Paula Leal Meira, EMBASA –  
5 Empresa Baiana de Águas e Saneamento; Wagner Soares Costa, FIEMG - Federação das Indústrias do Estado  
6 de Minas Gerais; Rafael Araújo de Souza Coelho, FIEP - Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco;  
7 José Cisino Menezes Lopes, AIBA - Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia; Ednaldo de Castro  
8 Campos, AFAP - Associação dos Fruticultores da Aduara da Fonte; Heron Ouriques Gomes, UNIVALE-  
9 Associação dos produtores Rurais Irrigantes do Vale do Moxotó; José Bonifácio Valgueiro de Carvalho, DICOP -  
10 Distrito de Irrigação do Projeto Cotinguiba/Pindoma; Israel Barreto Cardoso, Associação dos Proprietários  
11 Condutores de Barcos da Ilha do Rodeadouro; Domingos Márcio Matos, Colônia de Pescadores Z-60 de  
12 Juazeiro; José Maciel Nunes de Oliveira, FEPEAL - Federação dos Pescadores do Estados de Alagoas; Renato  
13 Junio Constâncio, CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais; Lessandro Gabriel da Costa, ASF -  
14 Associação Ambientalista do Alto São Francisco; Silvia Freedman Ruas Durães, Instituto Opará; José Valter  
15 Alves - Associação Comunitária Sobradinho II; Ronald de Carvalho Guerra, Instituto Guaicuy; Johann  
16 Gnadlinger, IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada; Anivaldo de Miranda Pinto, FDA -  
17 Fórum de Defesa Ambiental; Rosa Cecília Lima Santos, OSCATMA - Organização Sociocultural Amigos do  
18 Turismo e Meio Ambiente; Almacks Luiz da Silva - Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina;  
19 Yvonilde Dantas Pinto Medeiros, UFBA – Universidade Federal da Bahia; Aluísio Ferreira Gomes, Autarquia  
20 Educacional do Vale do São Francisco; Melchior Carlos do Nascimento, UFAL - Universidade Federal de  
21 Alagoas; Cláudio Pereira da Silva, Associação dos Quilombolas da Lagoa das Piranhas; Manoel Uilton dos  
22 Santos, Tuxá Rodelas; Joaquim Campos Reis, Prefeitura Municipal de Pompéu/MG; Fernanda de Cássia  
23 Aguiar, Prefeitura Municipal de Luiz Eduardo Magalhães/BA; Marcones Libório de Sá, Prefeitura Municipal de  
24 Salgueiro; Robson Rodrigues dos Santos por Nalton Sebastião Moreira da Cruz, SEMAD MG – Secretaria de  
25 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Edison Ribeiro dos Santos, SEMA-  
26 Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia; José Almir Cirilo, SRHE – Secretaria de Recursos Hídricos e  
27 Energéticos de Pernambuco; José Luiz de Souza, MI - Ministério da Integração Nacional; Renato Dalla Lana,  
28 MME – ministério de Minas e Energia. **Participaram os seguintes membros suplentes:** José Roberto Valois  
29 Lobo, CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas (no exercício da titularidade); Antônio José Machado  
30 Rocha, Condomínio de Irrigação Paracatu Entre Ribeiros (no exercício da titularidade); Luiz Roberto Rodrigues  
31 Dourado, Associação dos Condutores de Visitantes do Morro do Chapéu; Sonáli Cavalcanti Oliveira, CHESF –  
32 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (no exercício da titularidade); Marcelo de Deus Melo, CEMIG –  
33 Companhia - Companhia Energética de Minas Gerais (participou apenas no dia 09/12/2015); Regina Célia  
34 Greco Santos, Associação de Usuários da Bacia Hidrográfica do Rio Pará; Wilson José da Silva, AMAPAR –  
35 Associação dos municípios da Microrregião do Alto Paranaíba (no exercício da titularidade); Cristiano Dias  
36 Carneiro, Prefeitura Municipal de Itaúna (no exercício da titularidade); Antônio Jackson Borges Lima, Prefeitura  
37 Municipal de Penedo (no exercício da titularidade); Bruno Jardim da Silva, SEMA – Secretaria de Meio  
38 Ambiente do Estado da Bahia; Gustavo Silva Carvalho, SEMARH AL – Secretaria de Meio Ambiente e  
39 Recursos Hídricos de Alagoas (no exercício da titularidade); Pedro de Araújo Lessa, SEMARH SE – Secretaria  
40 de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (no exercício da titularidade); Larissa Alves da Silva  
41 Rosa, MMA - Ministério do Meio Ambiente (no exercício da titularidade); Paulo Henrique Siqueira Isobe, MPOG  
42 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (no exercício da titularidade). **Participaram também:** Rúbia  
43 Santos Barbosa Mansur, Ana Cristina da Silveira, Aberto Simon Schwartzman, Célia Maria Brandão Fróes e  
44 Ohany Vasconcelos Ferreira, AGB Peixe Vivo; Ivanilton de Araújo Aquino, Prefeitura Municipal de Jacobina;  
45 Ruy Barbosa Pinto Junior, Douglas Falcão Wanderley e Thiago Vieira Aragão – CHESF; Delane Barros, Wilton  
46 Mercês, Ricardo Coelho, André Santana, Mallu Follador e Delane Barros, Yayá Comunicação; Victor Sucupira e  
47 Vicente Andreu, Agência Nacional de Águas; Roberto Farias, CTIL/CBHSF; Ana Paula Novais Pires, UNESP;  
48 Lucas Cavalcante Ramos, Assembleia Legislativa de Pernambuco; Luciana Khoury, Camilla Prado O. Silva, Ilka  
49 Vlaida Almeida Valadão e Pablo Antônio C. de Almeida, Ministério Público da Bahia; Sérgio Lopes, Barreiras;  
50 Amanda Soriano; Pedro Molinas, Consultor CBHSF; Edival Passos, ECOCRJATIVA; Adalcira S. Bezerra;  
51 Momos P. L, Eduardo Gabriel Palma, Carmem Lúcia de Miranda Alves, José George S. Silva e Josué Calmon,  
52 INEMA; Cibele Carvalho, Rosalvo de Oliveira Junior, SEMA BA; Alberto Fonseca, Ministério Público de Alagoas;  
53 Saulo Cisneiros, ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico; Emiliano José Silva Santiago e Marcel Scarton,  
54 NEMUS; Antônio Eduardo, GERENTEC; Allana Rachel Monteiro B. S. Costa, Ministério Público de Sergipe;

## ATA DA XVI REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA E XXVIII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADAS EM SALVADOR-BA

55 Osmany López; Marcelo Dultra, MCSA; Célio Costa Pinto, IBAMA; Geisa Bacella e Raphanel Leal R. Lima,  
56 OAB/BA – Ordem dos Advogados do Brasil; Miguel Polino, PANGEA; Maicon Mendes de Paula, Carlos Roberto  
57 Viana Vilela, Diego Dias de Castro Dourado e Joaz Lins de Castro Dourado – COFISPNE; Rodolpho Ramina,  
58 Consultor CBHSF; Maria do Carmo Pereira; Luis Gustavo de M. Reis; Altamirano Vaz; Silvana Mendes,  
59 Governo do Estado da Bahia – Casa Civil; Victória Corália O. Santos; José Olímpio Rabelo de Moraes, Cássio  
60 Luis da Silva Biscarde e Breno Aristeu Batista Biscarde, SIHS; Marcis V. Ferreira; Ralim Dias Mubib, SAAE;  
61 Elmar Laerte S. Dantas; Thamires de Oliveira Moura; Isabela Dantas Reis Gonçalves Basto; Mical Brambilha,  
62 UFBA. A reunião Plenária Extraordinária iniciou, após atingir o quórum qualificado, com a cerimônia de  
63 abertura, informe sobre o tema da Plenária: “Compromissos Renovados” e composição da mesa com o Sr.  
64 Anivaldo Miranda, presidente do CBHSF, Sr. Lucas Ramos, Deputado Estadual pelo Estado de Pernambuco,  
65 Sr. Wagner Soares Costa, vice presidente do CBHSF, Sr. Maciel de Oliveira, secretário do CBHSF, Sr. Cláudio  
66 Pereira, coordenador da CCR Médio São Francisco, Sr. Manoel Uilton Tuxá, Coordenador da CCR Submédio  
67 São Francisco, Sr. Melchior Nascimento, coordenador da CCR Baixo São Francisco, Sr. Joaquim Campos,  
68 prefeito de Pompéu, Minas Gerais. Com a palavra, o presidente do CBHSF, Sr. Anivaldo Miranda, declara  
69 aberta a XVI reunião plenária extraordinária, convida o Sr. Almir Cirilo, secretário de Recursos Hídricos e  
70 Energético do Estado de Pernambuco que componha a mesa e convida a todos a ouvir o hino nacional. Após a  
71 execução do hino, o cerimonial registra a presença do promotor ambiental da comarca de Jacobina, Sr. Pablo  
72 Almeida. Com a palavra o presidente do CBHSF, chama para compor a mesa o Sr. Edison Ribeiro,  
73 representante da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia e registra a presença do prefeito de  
74 Salgueiro, Sr. Marcondes Libório. Na sequência, os coordenadores das CCRs, secretário e vice presidente do  
75 Comitê dão boas vindas e desejam a todos uma boa reunião. Foi registrada a presença do Sr. Alberto Fonseca,  
76 promotor de justiça de Alagoas. Em seguida, a palavra foi franqueada ao Sr. Joaquim Campos, prefeito de  
77 Pompéu, Minas Gerais que agradece e fala sobre a produção de água. Na sequência, o Deputado Estadual  
78 pelo estado de Pernambuco, Sr. Lucas Santos fala que faz parte da comissão de meio ambiente da Assembleia  
79 e também da frente parlamentar em defesa dos rios. Diz que a mudança da matriz energética no Estado de  
80 Pernambuco é uma realidade, em que o desenvolvimento econômico e social tem acompanhado a preservação  
81 do meio ambiente e com a defesa do rio São Francisco. Informa que o dia em defesa do Rio São Francisco, 03  
82 de junho foi incluído no calendário oficial do Estado. Agradece a oportunidade de ser convidado a participar dos  
83 debates. Ato contínuo, Sr. Edison Ribeiro, superintende da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia,  
84 representando o Secretário Eugênio Splengler, dá boas vindas a todos em nome do governo do Estado da  
85 Bahia e fala que o governo tem o compromisso de fortalecer os colegiados em especial os comitês de bacia.  
86 Afirma que esta plenária será grande exemplo de aprendizado, de debate e de orientação para as ações que  
87 devem ser implementadas na bacia do rio São Francisco nos próximos anos. Em seguida, o Sr. Almir Cirilo,  
88 Secretário de Recursos Hídricos e Energético do Estado de Pernambuco, cumprimenta a todos e fala que teve  
89 a honra de participar da primeira diretoria do CBHSF e a felicidade de ajudar a criar esse comitê. Cumprimenta  
90 todas as mulheres presentes em nome da professora Yvonilde Medeiros, que tem dedicado sua vida a estudar  
91 o São Francisco em todas as suas dimensões. Diz que está novamente como representante do Estado no  
92 comitê e a intenção é fazer o trabalho com força total, boa vontade e perseverança não só nos momentos de  
93 crise, mas no sentido de tornar amenas as crises futuras. Em seguida, o presidente do CBHSF, Anivaldo  
94 Miranda, informa que a reunião tem uma pauta muito carregada, refletindo assim o crescimento das atividades  
95 do Comitê. Fala ainda que no decorrer de 2015 houve articulações institucionais, reunião com os comitês  
96 afluentes, reuniões das Câmaras Técnicas, revisão do Plano de Recursos Hídricos da bacia, e diversas outras  
97 atividades. Cita que nestas Plenárias serão tratadas a aprovação do novo Plano de Aplicação Plurianual,  
98 discussões do Regimento Interno, informes e debates sobre a situação crítica que a bacia do São Francisco  
99 enfrenta. Fala sobre o desastre que aconteceu na bacia do Rio Doce e do Fórum Nacional de Comitês de  
100 Bacias Hidrográficas. Informa que em 2016 haverá um grande evento do comitê que será o I Simpósio  
101 Científico da Bacia do Rio São Francisco em Juazeiro em parceria com a UNIVASF – Universidade Federal do  
102 Vale São Francisco, onde irá reunir pesquisadores de toda a bacia, com a intenção de chamar a comunidade  
103 científica a ajudar no aprofundamento do conhecimento sobre a bacia. Comunica que tem participado das  
104 reuniões de redução de vazões, na Agência Nacional de Águas e reitera que a posição do Comitê deverá ser  
105 de oposição a redução da vazão de 900 m/s<sup>3</sup> para 800 m/s<sup>3</sup> em Sobradinho. Conta que a redução poderá  
106 causar problemas de saúde pública, devido à baixa qualidade da água no baixo São Francisco – exemplo do  
107 aumento da salinidade da água e mancha que apareceu no lago de Xingó. Finaliza ao dizer que a ANA irá  
108 reunir oficialmente com os representantes dos Estados e com o CBHSF para discutir a agenda paralela e

## ATA DA XVI REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA E XXVIII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADAS EM SALVADOR-BA

109 estratégias de médio e longo prazo para discutir o impacto nas águas na bacia do São Francisco. Para que as  
110 vazões dos rios afluentes, as vazões de entrega sejam finalmente definidas e para que uma série de ajustes na  
111 mudança da matriz agrícola, matriz energética e, sobretudo na consecução da implantação dos instrumentos de  
112 gestão, que nos Estados estão ainda muito a desejar na sua implantação, seja finalmente acordado juntamente  
113 com o programa de revitalização do São Francisco. Após a mesa de autoridades ser desfeita, o Plenário fez um  
114 minuto de silêncio, em homenagem ao membro do Comitê, Luciano de Sousa Lino falecido em 2015. Na  
115 sequência, o secretário do Comitê solicita que o coordenador da Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL,  
116 Roberto Farias e membro da CTIL, Luiz Dourado apresentem a proposta de alteração do Regimento Interno.  
117 Luiz Dourado explica as alterações propostas pela CTIL. **Art. 23**, parágrafo 3º - questão de custeio de membros  
118 do CBHSF – proposta de inserção dos representantes dos municípios e Estados. Após discussões, a proposta  
119 de CTIL foi colocada em votação nominal: **23 votos** para manutenção do texto original (Ronald Guerra, Sonáli  
120 Cavalcanti, Renato Dalla Lana, José Luiz, Paulo Isobe, Fernanda Aguiar, José Cisino, Aluísio Gomes, Rafael  
121 Araújo Coelho, Joaquim Reis, Edison Ribeiro, Sílvia Freedman, Josias Gomes, Renato Constâncio, Lessandro  
122 Gabriel, Cristiano Carneiro, Robson Rodrigues por Nalton Sebastião, Wagner Costa, Antônio José Machado  
123 Rocha, Johann Gnadlinger, Heron Gomes, José Valter e Ana Paula Leal), **18 votos** para mudança da redação,  
124 conforme proposto pela CTIL (José Roberto Lobo, Cláudio Pereira, Antônio Jackson, José Bonifácio, Israel  
125 Barreto, Domingos Matos, Yvonilde Medeiros, Wilson José, Rosa Cecília, Gustavo Carvalho, Ednaldo Campos,  
126 Almacks Silva, Almir Cirilo, Manoel Uilton, Pedro Lessa, Larissa Rosa, Marcondes Libório, Melchior Nascimento)  
127 e **1 abstenção** (José Maciel). **Art. 23**, parágrafo 3º ajuste de redação, aprovado pelo Plenário. **Art 26**, parágrafo  
128 1º - questão relativa ao período do mandato da Diretoria, a proposta da CTIL é de retirar o período de  
129 reeleição. Após discussões a proposta da CTIL foi colocada em votação nominal: **11 votos** para manutenção  
130 do texto original do Regimento Interno (Sonáli Cavalcanti, Renato Dalla Lana, Almir Cirilo, Paulo Isobe, José  
131 Luiz, Larissa Rosa, Fernanda Aguiar, José Cisino, Marcondes Libório, Aluísio Gomes, Rafael Araújo); **27 votos**  
132 para mudança da redação (Manoel Uilton, Melchior Nascimento, Yvonilde Medeiros, Ana Paula, Rosa Cecília,  
133 Almacks Silva, Ednaldo Campos, Wilson José, Ronald Guerra, Josias Gomes, José Roberto Lobo, Pedro Lessa,  
134 Domingos Matos, Edison Ribeiro, Antônio Jackson, Cláudio Pereira, Johann Gnadlinger, Israel Barreto, José  
135 Bonifácio, Heron Gomes, Antônio José Machado Rocha, José Valter, Cristiano Carneiro, Sílvia Freedman,  
136 Lessandro Gabriel e Gustavo Carvalho) e **3 abstenções** (José Maciel, Wagner Costa e Joaquim Reis). Na  
137 sequência, houve a votação de duas propostas para redação: manter a proposta da CTIL, permitindo a  
138 reeleição sem especificar o prazo ou limitar a duas reeleições (Proposta Wagner Costa). **21 votos** para manter  
139 o texto sugerido pela CTIL (Wilson José, Ronald Guerra, José Roberto Lobo, Cláudio Pereira, Heron Gomes,  
140 José Bonifácio, Antônio José Machado Rocha, Lessandro Gabriel, Sílvia Freedman, Gustavo Carvalho,  
141 Melchior Nascimento, Pedro Lessa, Manoel Uilton, Yvonilde Medeiros, Ana Paula, Almacks Silva, Ednaldo  
142 Campos, Rosa Cecília, Marcondes Libório, José Maciel), **18 votos** para permitir apenas duas reeleições  
143 (Wagner Costa, Josias Gomes, Joaquim Reis, Domingos Matos, Antônio Jackson, Edison Ribeiro, Johann  
144 Gnadlinger, Israel Barreto, Almir Cirilo, Renato Dalla Lana, Sonáli Cavalcanti, José Luiz, Renato Constâncio,  
145 Paulo Isobe, Fernanda Aguiar, José Cisino, Aluísio Gomes, Larissa Rosa) e **2 abstenções** (Anivaldo Miranda e  
146 Robson Rodrigues por Nalton Sebastião). Os demais artigos, cuja proposta da CTIL em modificá-las são  
147 relacionados apenas para normatizar algumas atividades da DIREC e DIREX já realizadas, além de melhorias  
148 na redação – Art. 27, antigo 30 A, antigo 31 inciso XIII, antigo Art. 34 parágrafo 4º, antigo Art. 38 parágrafo 4º.  
149 Alterações aprovadas pelo Plenário, com 2 abstenções. Wagner Costa solicita que seu voto seja registrado:  
150 votou favorável nas alterações propostas pela CTIL com exceção do que estende o mandato para todos os  
151 demais membros, já que votou contra a proposta da CTIL em relação ao mandato da presidência. Com a  
152 palavra, José Luiz questiona a ausência no Art. 6º, inciso III de representantes de municípios do Estado de  
153 Goiás, já que este Estado possui território na bacia. O vice presidente do CBHSF explica que na época da  
154 construção do comitê limitou-se o número de membros. Ficou decidido que todos os Estados deveriam ser  
155 representados. Quanto aos municípios, colocou-se os municípios dos Estados mais representativos da bacia, e  
156 como Goiás não tem tanta representatividade (três municípios), achou-se que não era justificado a inclusão de  
157 um município do Estado de Goiás. Na sequência José Luis sugere que seja, então, corrigida a redação do  
158 *caput* do artigo, colocando “*exceto Goiás*” para que o texto fique em coerência com a ideia proposta à época.  
159 Houve questionamentos em relação a se discutir essa alteração naquele momento, já que a proposta não  
160 passou pela CTIL. Anivaldo Miranda diz que a proposição do José Luiz deverá ser transformada em  
161 recomendação à DIREC que levará a questão para CTIL e na próxima reunião plenária poderá debruçar no  
162 assunto. Com a palavra, José Luiz questiona esse trâmite justificando que este é o momento que o Plenário

## ATA DA XVI REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA E XXVIII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADAS EM SALVADOR-BA

163 tem para ajustar o Regimento Interno, e não há impeditivo que um membro possa sugerir melhorias no  
164 Regimento durante a Plenária, convocada especificamente para isso. O secretário do comitê solicita que  
165 encaminhe todas as contribuições de melhoria do Regimento Interno à DIREC. O representante do Ministério  
166 da Integração Nacional diz que se recusa a apresentar, se limita apenas a sugestão exposta, pois essa não foi  
167 a apologia utilizada no início. O presidente do CBHSF declara encerrada a XVI Plenária Extraordinária do  
168 Comitê. Após o intervalo do almoço, Anivaldo Miranda declara aberta a XXVIII Plenária Ordinária do Comitê da  
169 Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e informa que a pauta da reunião foi invertida para ajustar a  
170 conveniência dos convidados que fizeram grande esforço para estarem presentes. Neste sentido, iniciou a  
171 Mesa redonda para apresentação da “Situação Hidrológica na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”. O  
172 presidente do CBHSF faz um preâmbulo dizendo que o assunto é de enorme complexidade e envolvem os mais  
173 distintos interesses, em que todos são legítimos. É uma situação difícil de ser resolvida, mas o comitê tem como  
174 prerrogativa tomar conhecimento das questões, é um espaço onde essas discussões devem se dar, e agradece  
175 a todos que atenderam o convite de participarem da discussão. Foram convidados a participar, Vicente Andreu,  
176 diretor presidente da ANA, Ruy Barbosa Pinto Júnior, superintendente de operações da CHESF, Saulo  
177 Cisneiros, gerente executivo do ONS, Marcelo de Deus, gerente de planejamento da CEMIG, Rodolpho  
178 Ramina, especialista em recursos hídricos e consultor do CBHSF e Pedro Molinas, hidrólogo. Passa a palavra  
179 para Ruy Barbosa, CHESF, que inicia sua apresentação expondo em gráfico um comparativo entre os períodos  
180 úmidos 2000/2001(ano do racionamento), 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015 (pior quadro), 2015/2016, entre o  
181 trecho de Três Marias a Sobradinho e Sobradinho a Itaparica. Informa que a afluência natural em Sobradinho,  
182 observados nos períodos úmidos, a média é de 3.828 m<sup>3</sup>/s. No período úmido de 2013-2014, teve 50% dessa  
183 média, que foi de 1.904 m<sup>3</sup>/s, e 2014 – 2015, 42% dessa média. Através de gráfico, demonstra a evolução do  
184 reservatório de Sobradinho de janeiro/2013 a dezembro/2015. Ao mostrar o ranking os 10 piores em termo de  
185 volume útil (VU) em Sobradinho, mostra a excepcionalidade e gravidade da atual situação em termos de  
186 segurança hídrica para a região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Fala que novembro de 2015 (1,1%  
187 VU) correspondeu ao nível mais baixo já registrado no seu histórico de operação, inferior inclusive, ao  
188 armazenamento observado nos dois anos em que houve racionamento de energia: 1987 (10,9%) e 2001 (5,3%  
189 VU). Cita os aspectos legais que conduziram a vazão 1.300 m<sup>3</sup>/s como a vazão mínima de restrição a ser  
190 mantida em todo o trecho à jusante de Sobradinho. Diz que a CHESF tem feito o planejamento, execução e  
191 acompanhamento das flexibilizações que tem havido a partir de 1.300 m<sup>3</sup>/s até os 900 m<sup>3</sup>/s, ou até mesmo os  
192 800 m<sup>3</sup>/s. Comunicação (emissão de informativos, comunicados em rádio, tvs e site da CHESF, reuniões locais  
193 e reuniões do CBHSF), inspeções de campo, testes de vazão, monitoramento contínuo, atendimento às  
194 condicionantes estabelecidas pela ANA e Ibama, emissão de relatórios de acompanhamento, reuniões de  
195 acompanhamento, coordenadas pela ANA com participação do poder público, usuários e sociedade civil são  
196 ações realizadas pela CHESF. Explana sobre as ações realizadas e o cronograma preliminar para a  
197 operacionalização da flexibilização da vazão mínima de restrição para 800 m<sup>3</sup>/s. Reitera que CHESF ratifica a  
198 importância de se estabelecer o trabalho de manutenção nas estruturas e equipamentos que são utilizados para  
199 captar água do rio São Francisco para os diversos fins. Quanto à navegação há que se observar a necessária  
200 adaptação às condições de navegabilidade do rio face à excepcionalidade do regime hidrológico vigente, e que  
201 em todo o processo a CHESF vem atuando no sentido de monitorar o reflexo da redução de vazões e viabilizar  
202 soluções, inclusive revendo programação de defluências para elevar vazões, com vistas ao atendimento das  
203 necessidades dos demais usos da água. Finaliza dizendo que na situação de excepcionalidade como a  
204 atualmente vivenciada na bacia, todos os usos da água sofrem restrições e precisam adequar-se às condições  
205 vigentes, que seriam bem mais grave se não fosse pela existência dos grandes reservatórios. Após a  
206 apresentação do superintendente da CHESF, Marcelo de Deus, gerente de planejamento energético da CEMIG  
207 inicia sua apresentação dizendo que falar de crise hídrica na bacia do Rio São Francisco não é apenas falar de  
208 reservatório, mas que irá focar no reservatório de Três Marias, operada pela CEMIG. Mostra através de mapas  
209 as diversas estações chuvosas dos últimos quatro anos, em que se contata a uma sequência significativa de  
210 déficits hídricos. Demonstra também as vazões médias mensais naturais do Rio São Francisco em UHE Três  
211 Marias desde que o reservatório entrou em operação, 1962. Reforça que o que gerou a crise foram razões  
212 hidrológicas. Explana sobre os usos múltiplos que envolvem o reservatório de Três Marias: lazer, turismo,  
213 geração, criação de peixes, irrigação, abastecimento humano. Cita o caso da manutenção do abastecimento  
214 humano em Pirapora, que a empresa de saneamento mudou a forma de captação. Fala também do Projeto de  
215 irrigação Jaíba, em que a CEMIG projetou vazões a 400 quilômetros de distância, liberava uma vazão em Três  
216 Marias e verificava qual era a cota que ia dar no Jaíba – modelo de propagação. Ao informar ao usuário o nível

## ATA DA XVI REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA E XXVIII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADAS EM SALVADOR-BA

217 e a vazão que iria chegar para ele, o usuário ficava seguro e as decisões foram sendo tomadas. Ressalta a  
218 importância de regularização do reservatório. Informa que a UHE Três Marias não tem descarregador de fundo,  
219 então se chegar a 0% não tem como passar água para jusante, neste sentido a CEMIG realizou estudos e  
220 testes para garantir vazão a jusante caso chegasse a 0%. Como minimizar o conflito futuro? 1) definir, com os  
221 diversos atores, uma ou mais curvas de segurança para o reservatório; 2) tratar o problema certo: o problema  
222 de restrição de jusante, muitas vezes é de nível e não de volume, devem-se prever sistemas de captação mais  
223 eficientes; 3) reavaliar e monitorar o limite de outorga de uso da água na bacia; 4) fortalecer fóruns legítimos de  
224 negociação; 5) evitar a judicialização; 6) trabalhar com o pior cenário; 7) definir vazões de entrega entre os  
225 Estados. Agradece a oportunidade e passa a palavra para Saulo Cisneiros, ONS, que fala sobre a redução nas  
226 vazões na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em 2014 e 2015. Demonstra as características do sistema  
227 de reservatórios da bacia e as condições meteorológicas em 2014 e 2015, muito abaixo da média e a  
228 incremental do trecho entre Três Marias e Sobradinho que também foi abaixo da média. Cita a formação do  
229 fenômeno *El Niño* que estará presente até o mês de março/2016, o que caracteriza muita chuva no sul do Brasil  
230 e seca da metade para cima do país. Mostra que as vazões incrementais e naturais a Sobradinho no período  
231 2013/2014 foram as piores do histórico, e 2015 está sendo pior que o biênio 2013/2014. Fala sobre o histórico  
232 das medidas de flexibilização das restrições de defluências em 2014/2015 e explana sobre a operação  
233 hidráulica em 2014/2015 nos reservatórios de Três Marias e Sobradinho e a evolução do armazenamento de  
234 Sobradinho no mesmo período. Diz que os reservatórios estão sendo benéficos. Reitera que se tivesse mantido  
235 a vazão de 1.300 m<sup>3</sup>/s e não tivesse flexibilizado para 1.100/900 m<sup>3</sup>/s, hoje teríamos menos que 50% do volume  
236 útil do reservatório, parando totalmente Sobradinho. Fala que existem pessoas contra a redução de vazões,  
237 mas a realidade é outra, reitera que se não fossem tomadas essas medidas, tomadas pela ANA e aprovada  
238 com as devidas autorizações do IBAMA, teria secado o volume morto de Sobradinho. Profere sobre a geração  
239 térmica na região Nordeste, em que tem sido usada em larga escala a partir de 2013, em consequência das  
240 baixas afluições no rio São Francisco e nas bacias da região Sudeste/Centro-Oeste, e da geração eólica.  
241 Informa que a geração hidráulica está minimizada, a térmica maximizada, a eólica com que ela pode contribuir,  
242 e o intercâmbio da energia do sul para o sudeste. Reitera que o ano de 2015 está sendo melhor do que 2014  
243 para Três Marias, mas pior para Sobradinho, afirma que 2015 é o pior da história do São Francisco. Demonstra  
244 através de gráfico a evolução do armazenamento de Três Marias e Sobradinho até dezembro/2015 com  
245 defluência de Três Marias em 400 m<sup>3</sup>/s a partir do dia 01º de dezembro. Demonstra a curva de segurança de  
246 Três Marias e Sobradinho e as considerações sobre as simulações. Fala sobre a questão dos usos múltiplos.  
247 Dá o exemplo entre usuários da borda do lago *versus* ribeirinhos. Enquanto aqueles querem o reservatório em  
248 um nível que garanta a sua captação, estes querem atender suas necessidades usando a água do lago a  
249 jusante. Outro conflito citado são os usuários de reservatórios em cascata, sendo impossível maximizar o  
250 atendimento a ambos, pois trabalham em direções opostas. Diz que as decisões são tomadas a luz da  
251 racionalidade dos fatos. A solução passa por três etapas: 1) conciliar as necessidades de ambos os grupos,  
252 usando os recursos de água disponíveis e avaliando os riscos para cada grupo; 2) identificar o volume de obras  
253 de adaptação de cada caso e decidir por ordem econômica, de forma a atender a ambos os grupos com os  
254 recursos de água disponíveis; 3) executar obras de adaptação em todos diante de situações muito críticas.  
255 Agradece a oportunidade e em seguida, Pedro Molinas inicia sua apresentação falando sobre o volume útil dos  
256 principais reservatórios. Diz que pela primeira vez durante a existência, Sobradinho vai atingir um nível inferior  
257 ao nível mínimo operacional, o que submete todos os usos a jusante a condições emergenciais de operação.  
258 Cita algumas consequências diretas: 1) irá impactar de forma relevante os serviços ambientais  
259 fundamentalmente no Baixo São Francisco, 2) a vazão liberada por Sobradinho de 800m<sup>3</sup>/s, o que representa  
260 menos de 50% da vazão regularizada; 3) a vazão que chega a foz de aproximadamente 600/500 m<sup>3</sup>/s, é  
261 insuficiente para os mínimos serviços ambientais, 4) isso exige que os usuários da bacia façam esforços de  
262 redução de demanda; 5) mesmo com ocorrência de afluições superiores a 2014/2015 Sobradinho não sai da  
263 crise. Fala que a saída da crise deve levar um ou dois anos a mais, ou seja, quatro anos de redução de vazões  
264 dentro do São Francisco. A política de operação do reservatório estava errada. Sugere temas que devem ser  
265 abordados em uma agenda de discussão entre o CBHSF, ONS, ANA e Gestores Estaduais: 1) necessário que  
266 a ANA faça uma reunião para gestão da demanda hídrica da bacia, definindo cotas de aporte de águas de  
267 domínio estadual para calha de domínio federal, 2) não se reduz oferta hídrica sem políticas compensatórias. O  
268 governo federal e governos estaduais devem pensar em política compensatória para os usuários do São  
269 Francisco, que reduzam o consumo outorgado, 3) o sistema elétrico tem que reconhecer que os reservatórios  
270 de Sobradinho e Três Marias são de usos múltiplos sendo imprescindível alocar volume para esta finalidade, ou

## ATA DA XVI REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA E XXVIII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADAS EM SALVADOR-BA

271 seja, eles não podem ser operados com o sistema interligado nacional, eles têm que atender uma lógica  
272 diferente, e essa lógica é a lógica da bacia, 4) estabelecimento de mecanismos eficientes de quantificação e  
273 divulgação das vazões que transmitam efetivamente na calha do rio, 5) definição de uma política de  
274 recuperação de volumes estocados nos reservatórios que não penalizar ainda mais os usos múltiplos da bacia  
275 quando ocorrem melhorias nas vazões naturais afluentes e 6) compromisso de participação na discussão sobre  
276 a concessão de outorga das UHs da bacia – reconhecimento do Art. 2º da Resolução 1305/2015 ANA, ANEEL  
277 de revisão de outorgas. Fala sobre a situação ambiental do reservatório de Xingó, em que o fenômeno de  
278 ocorrência de floração de algas poderá voltar a acontecer. Disse que não houve um esforço da CHESF para  
279 melhorar o monitoramento ambiental de seus reservatórios. Após demais explanações, agradece e passa a  
280 palavra para Rodolpho Ramina que se diz os relatórios que ele produziu trabalhando com o CBHSF estão no  
281 site do comitê. Informa que seu trabalho se concentrou na questão do conflito dos usos múltiplos, mas  
282 principalmente na operação dos reservatórios do setor elétrico. Reitera que o problema do São Francisco não é  
283 vazão e sim de nível. As vazões devem ser mantidas para manter o nível na calha do rio, não houve  
284 investimentos necessários na bacia do rio São Francisco. Houve a construção de Três Marias e Sobradinho,  
285 mas elas não operam como uso múltiplo. Fala que o rio São Francisco deve ter mais barragens para garantir  
286 mais o nível, para controlar melhor as flutuações de nível, que atualmente o setor elétrico não consegue  
287 controlar. O que está faltando na bacia do São Francisco é investimento. Reitera que a crise poderia ter sido  
288 prevista em 2005 e que os reservatórios foram operados de forma errada. Outra questão apontada foi que há  
289 problemas nas réguas que estão fazendo monitoramento de vazão, elas não são mais confiáveis. Fala ainda  
290 que não existem regras de operação no rio São Francisco, romper as restrições operacionais à utilização dos  
291 reservatórios para gerar energia elétrica, não são regras de usos múltiplos. Diz que as regras de operação para  
292 situações de cheia funcionam, mas em situações de escassez, não existe. Reitera que deveria haver  
293 penalidades para quem infringe as regras como ressarcimento. As novas regras devem ser estipuladas com a  
294 participação do comitê, as reduções de vazões estão sendo autorizadas à revelia do CBHSF. Deve haver um  
295 controle de demanda. Fala que o maior uso consuntivo de água no nordeste hoje é a evaporação do  
296 reservatório. Enfatiza que o problema não é apenas do setor elétrico, a demanda deve ser regrada. Na  
297 sequência, a palavra é concedida para a Dra. Luciana Khoury. Esta cumprimenta a todos e informa que  
298 movimentos sociais da bacia fizeram um ato público pedindo um plano emergencial para a bacia do rio São  
299 Francisco e que os diversos setores pudessem se organizar com diretrizes concretas de solução a partir da  
300 crise constatada e que essas diretrizes possam sair desta plenária. Ato contínuo passa a palavra para Johann  
301 Gnadlinger que fala sobre o ato público realizado em 17 de novembro de 2015 em Juazeiro/BA. Houve uma  
302 marcha atravessando o Rio São Francisco pela ponte que liga Petrolina à Juazeiro. Tema: “Não deixe o Rio  
303 Morrer”, “Queremos o Semiárido Vivo”. Cita as principais reivindicações das entidades relativas à crise hídrica.  
304 Na sequência, Luciana Khoury diz que de maneira geral as entidades e diversos segmentos deseja que haja  
305 um plano emergencial para a crise hídrica e que passe pelo comitê dialogando com esses setores, inclusive  
306 com os governos estaduais e federal. Em seguida, a palavra é franqueada para Vicente Andreu, que agradece  
307 ao Comitê a oportunidade e diz que a crise exige de todos o compromisso em ouvir as outras pessoas em  
308 respeito às outras posições, todas as explanações independente da sua interpretação tem sido feitas no sentido  
309 de fortalecer o CBHSF e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e que isso repercuta na vida das pessoas  
310 com a melhoria da quantidade e qualidade das águas. Fala sobre o aprendizado com a crise. Diz que olhando  
311 para todas as regras que foram estabelecidas no conjunto da bacia e que foram incapazes de prevenir, não é  
312 porque elas estavam erradas, elas funcionaram enquanto a crise não apareceu nessa intensidade. Informa que  
313 foi constituído um grupo composto pela ANA, Estados da Bacia e pelo CBHSF que irá reestudar a operação da  
314 Bacia, amparada pelo Plano de Bacia. Será realizada uma reavaliação a partir dos interesses legítimos que  
315 foram construídos. Concorda que os instrumentos foram insuficientes para uma crise como esta. A intenção não  
316 é aumentar o risco da bacia, e sim sua segurança. Deve-se aprender com a crise, reconhecer as limitações no  
317 processo histórico e avançar. Deve-se definir quais são as séries de vazões unitárias, quais são os usos, as  
318 demandas de maneira unitária, quais são as demandas futuras unitárias para não haver divergência em relação  
319 aos dados, quais são as condições de qualidade da Bacia de maneira unitária para não ter interpretação a  
320 respeito das condições de maneira variável. Menciona sobre o que foi feito. Pergunta qual foi a posição do  
321 comitê a respeito do que foi feito até o momento e completa afirmando que foi de negar o tempo todo, o CBHSF  
322 jamais apoiou as posições que foram tomadas até agora. O comitê deve ser protagonista das necessidades de  
323 iniciativas em relação a uma crise como esta, o comitê ficou em uma posição passiva, não aceitando as regras  
324 criadas. Pergunta quais as regras que devem ser definidas. Fala que o papel do comitê é tomar decisões, e não

## ATA DA XVI REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA E XXVIII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADAS EM SALVADOR-BA

325 ser uma extensão do movimento social, ele deve garantir o movimento social, mas é importante que o comitê  
326 tome decisões. Fala que é difícil tomar decisões quando dentro do comitê se encontram interesses  
327 absolutamente antagônicos do ponto de vista da sua prioridade. Reitera que o Rio São Francisco não é  
328 propriedade do Comitê, os impactos do São Francisco são impactos do Brasil. Diz que a resolução citada pelo  
329 Pedro Molinas, deve ser valorizada e não ironizada, ela garantiu que todas as usinas brasileiras passarão a ter  
330 outorga de uso dos recursos hídricos objetivando os usos múltiplos de água. Os processos de outorga serão  
331 discutidos nos comitês de bacia e assim será feita nas outorgas do São Francisco. Diz que a diretriz é a  
332 preservação, precaução e trabalhar com o pior cenário. Fala que ninguém defende a redução dos volumes em  
333 Sobradinho, mas as decisões foram tomadas por absoluta necessidade. A diretriz é operar os reservatórios  
334 guardando o máximo de água, qualquer outra questão é diferente dessa é fugir do problema central. Em  
335 seguida fala que o sistema não foi pensado para atuar em emergência, não exige do comitê uma regra amanhã  
336 que resolva esses problemas, mas o comitê tem que apoiar essa proposta de medidas de segurança hídrica  
337 dos reservatórios. É necessário rever a legislação, a legislação de recursos hídricos não tem instrumentos  
338 econômicos, mas é necessário que tenha, precisa haver compensação. Reitera que houve a necessidade de  
339 reduzir a vazão, caso contrário hoje a situação estaria inimaginável na bacia do Rio São Francisco. As soluções  
340 devem ser dadas no comitê, se assim não for, as decisões serão tomadas, pois o comitê não é o único  
341 representante, mas na medida em que o comitê assume para si a liderança, que não assumiu até agora,  
342 assume para si a responsabilidade de uma situação objetiva, dessa forma o comitê se fortalece. Fala que é  
343 uma honra participar dos debates no comitê e informa que a diretoria da ANA está fazendo uma profunda  
344 reavaliação do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, inclusive da própria ANA e deve ser  
345 feita uma avaliação do que se quer e o que se pode fazer efetivamente com os comitês de bacia hidrográfica.  
346 Ato contínuo, o presidente do CBHSF, Anivaldo Miranda esclarece que o comitê repassa suas  
347 responsabilidades. O comitê não trilha o caminho da judicialização, até porque ele é a primeira instância para a  
348 arbitragem dos conflitos em torno do uso da água. Cita o Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2014,  
349 suscitado por empresas de navegação do baixo São Francisco, tendo como reclamados a CHESF e ONS, e  
350 Conflito de Uso nº 002/2015 da bacia do rio Paramirim e Santos Onofre. Fala que tem elogiado a ANA por ter o  
351 cuidado de pelo menos ouvir alguns segmentos da bacia, antes de adotar essas decisões, no entanto, as  
352 decisões que são adotadas sobre a redução de vazões nascem no comitê de monitoramento do setor elétrico.  
353 O CBHSF tomou o cuidado de ir às reuniões na ANA sobre redução de vazões como observador, a decisão  
354 sobre redução de vazões é uma prerrogativa da ANA e do operador nacional do sistema, eles devem assumir a  
355 responsabilidade pela redução. O comitê irá influir dentro de suas competências no Plano de Recursos Hídricos  
356 da Bacia. Diz ainda que o comitê tem seguidamente exigido do IBAMA uma posição concreta sobre a questão  
357 das outorgas, sobre a questão da qualidade da água, um estudo que até o momento não foi feito cerca dos  
358 impactos ambientais no São Francisco. Fala que o CBHSF não irá participar do contexto do fórum – reuniões de  
359 redução de vazões - e tomar decisões a não ser que isto seja feito em um momento em que este fórum tenha  
360 condições de igualdade. Informa que na última reunião de vazões, o governo do Estado de Sergipe, pediu  
361 oficialmente através de seu representante para não reduzir as vazões, o Estado de Pernambuco pediu  
362 prudência, a CODEVASF solicitou a prorrogação da decisão, porque o período úmido ainda não mostrou sua  
363 potencialidade. Reitera que o comitê assume o protagonismo, o CBHSF solicitou desde 2013 que além dessa  
364 agenda da crise, que se criasse uma agenda paralela, uma estratégia de médio, longo prazo para que de fato  
365 se previna as futuras crises. Fala que o comitê não é apenas o movimento social, as decisões são tomadas por  
366 maioria. Não há visão de que o comitê quer ser dono das águas do São Francisco. Finaliza dizendo que não é a  
367 bacia que tem que se adaptar as demandas dos seus usuários, são os usuários que tem que adaptar às  
368 necessidades da bacia. Reitera o agradecimento ao presidente da ANA pela notícia de que é o início do pacto  
369 das águas na bacia do Rio São Francisco. Foi aberto espaço para perguntas e discussões. Com a palavra,  
370 Saulo Cisneiros sugere que o comitê faça uma reunião específica para discutir as estratégias de operação do  
371 sistema interligado nacional. Cláudio Pereira discorre que ninguém está pensando em reduzir a outorga, a  
372 exploração dos aquíferos, o desmatamento, apenas pensam em reduzir a vazão do rio, há necessidade de se  
373 ter uma visão de bacia hidrográfica do São Francisco, não como uma bacia exclusiva para ser responsável pela  
374 produção de energia. Na sequência, Sonáli Cavalcanti cede sua fala para Thiago Aragão, engenheiro de pesca  
375 da CHESF. Este esclarece algumas questões citadas. Informa que a CHESF monitorava o reservatório de  
376 Sobradinho de três em três meses, sendo que, após o aparecimento da floração algal o monitoramento se  
377 tornou diário e atualmente ele é realizado semanalmente. Diz que foi encaminhado ao IBAMA relatórios de  
378 monitoramento e foi remetido também um parecer de cientista renomado na área de microalgas no sentido de

## ATA DA XVI REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA E XXVIII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADAS EM SALVADOR-BA

379 entender o fenômeno. Elucida que a questão do abastecimento, a CHESF propôs que apenas duas horas antes  
380 e duas horas depois dos picos de maré, no momento de lua cheia e de lua nova, fosse suspenso a captação de  
381 água para evitar o abastecimento com água salobra. Que fosse captado prioritariamente no momento que a  
382 maré estivesse baixa. Em seguida, Luiz Dourado chama a atenção para a necessidade da revisão das outorgas  
383 e da importância do aquífero Uruçuia. Enfatiza que o órgão governamental da Bahia deve ser chamado para  
384 prestar contas pela má gestão governamental. Diz ainda que a ONS falhou em não ter plano de contingência  
385 para secas e estiagens, apenas para enchentes. Pergunta onde está o IBAMA que deveria defender a bacia e  
386 seus ecossistemas. Alerta sobre a mancha de Sobradinho. Fala que na renovação das hidrelétricas deverá ser  
387 pontuadas compensações e indenizações a jusante. Em seguida, Sonáli Cavalcanti esclarece que o setor  
388 elétrico opera os reservatórios embaixo de um “guarda chuvas” de regras, diretrizes e restrições, não fosse por  
389 isso, não conseguiria operar um sistema deste porte há tantos anos. As regras podem ser melhoradas, as  
390 sugestões podem ser encaminhadas à ANA, devidamente justificada, e a ANA avalia junto com a ONS. Marcelo  
391 de Deus solicita que o preconceito contra o setor elétrico diminua e coloca suas razões. Fala que a CEMIG,  
392 CHESF e ONS estão aprendendo a trabalhar com a gestão de secas. Com a palavra, Rodolpho Ramina fala  
393 que o critério da utilização do volume morto não deve ser critério da geração de energia. Em seguida, Vicente  
394 Andreu fala que irá esclarecer algumas questões citadas. Diz que as reuniões na ANA sobre as vazões são  
395 para construir decisões, não é uma farsa, o fórum deve ser valorizado. Fala ainda que a água é do Estado. Fala  
396 que não quis atribuir ao comitê a responsabilidade jurídica, a questão é que o comitê deve ser protagonista no  
397 sentido de apresentar propostas. Fala que infelizmente não é de domínio da ANA as águas subterrâneas, é  
398 necessário, de comum acordo, fazer uma revisão sobre a questão da dominialidade. Esclarece que em nenhum  
399 momento deixou de cogitar a utilizar o volume morto somente privilegiar o setor elétrico, é uma questão de  
400 projeção. Reforça que a ANA não gerenciou a crise para a geração de energia elétrica, senão para guardar  
401 água nos reservatórios, para uso múltiplo. Com a palavra, o presidente do CBHSF responde que foi entregue à  
402 ANA propostas que o comitê fez para o enfrentamento da crise, que em primeiro lugar um amplo diálogo com  
403 todos os usuários para tratar da questão de reduções e em segundo lugar que no contexto das reduções o  
404 setor elétrico assumisse as compensações. Foi apresentado uma série de ideias, avançando a discussão mais  
405 estratégica sobre mudança da matriz energética, sobre cheias artificiais, sobre o uso racional da água e  
406 propostas para fazer revisão de outorgas, apertar os Estados no sentido da implementação dos instrumentos de  
407 gestão. Fala que a redução deve ser acompanhada do monitoramento das consequências. Reforça que o  
408 comitê irá discutir também sobre o desaparecimento da vazão incremental de Sobradinho. Finaliza dizendo que  
409 o CBHSF está do lado da Agência Nacional de Águas e assegura ao setor elétrico que não há preconceito. O  
410 vice presidente do CBHSF, transfere os demais itens de pauta para o dia seguinte devido ao avançar das horas  
411 e encerra os trabalhos. No dia 10 de dezembro de 2015, às 08h40m iniciou-se o segundo dia de reunião. Na  
412 abertura dos trabalhos o secretário, Maciel Oliveira abre a palavra para considerações sobre a ata da XXVII  
413 Plenária Ordinária do CBHSF, ocorrida nos dias 21 e 22 de maio de 2015 em Petrolina/PE, após contribuições  
414 a ata foi aprovada. Ato contínuo coloca a Deliberação que aprova o calendário de atividades do CBHSF para o  
415 ano de 2016 em discussão. Após contribuições a Deliberação é aprovada. A reunião segue sua programação  
416 com a análise da minuta de Deliberação que aprova o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº  
417 014/ANA/2010. O secretário do CBHSF explica que nesta plenária estava previsto aprovar um novo Contrato de  
418 Gestão. O CBHSF ficou aguardando a resposta da minuta do Contrato e a ANA decidiu pelo aditamento do  
419 atual Contrato de Gestão por um ano para haver mais discussões e negociações. Devido aos prazos, foi  
420 necessária a Deliberação *ad referendum*. Vitor Sucupira, representante da ANA explica todo o processo, fala  
421 que a ideia é ter um Contrato de Gestão com metas mais audaciosas com exigências de desempenho maior,  
422 para que a AGB Peixe Vivo possa desenvolver o seu trabalho. Também há possibilidade da ANA colocar  
423 recursos adicionais aos recursos da cobrança, em funções do cumprimento das metas e melhora do seu  
424 desempenho. A ANA acabou ficando sem tempo de fazer esse debate mais aprofundado dessa minuta nova do  
425 Contrato de Gestão, neste sentido esta propôs que pudesse ser feito um aditivo de prazo do mesmo contrato  
426 por mais um ano, e a partir do ano que vem, a discussão seria retomada. Em seguida a Deliberação *ad*  
427 *referendum* foi aprovada pelo Plenário. Na seguida, Regina Greco, coordenadora da Câmara Técnica de  
428 Planos, Programas e Projetos – CTPPP, do CBHSF explana sobre o processo de construção da minuta do  
429 Plano de Aplicação Plurianual 2016 – 2018. Para este PAP foi adotada a mesma estrutura do PAP 2013 –  
430 2015, observando as diretrizes e recomendações propostas nas reuniões da CTPPP. Na oportunidade, Paulo  
431 Isóbio, representante do Ministério do Planejamento, questiona a previsão de arrecadação constante até 2018.  
432 Reitera sobre a necessidade de revisão da arrecadação, cita a inflação, daqui a três anos terá mais de 40% de

## ATA DA XVI REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA E XXVIII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADAS EM SALVADOR-BA

433 defasagem de preço. Reforça que o CBHSF deve se empenhar mais para reavaliar o preço da cobrança.  
434 Wagner Soares explica que o novo PRH-SF irá trazer indicativos de aumento do PPU (Preço Público Unitário) e  
435 a CTOC – Câmara Técnica de Outorga e Cobrança está discutindo sobre a atualização da metodologia de  
436 cobrança. Em seguida Almacks Silva chama a atenção para a Lei 12.305/2010 que estabelece o Plano de  
437 Gestão Integrada dos resíduos sólidos. Neste sentido há necessidade de complementação dos Planos  
438 Municipais de Saneamento Básico elaborados no âmbito do comitê. Alberto Simon explica que os PMSB  
439 elaborados contemplam resíduos sólidos. Nos novos planos a serem elaborados serão feitos dois planos, um  
440 de saneamento e outro de resíduos sólidos. Ato contínuo, Dra. Luciana Khoury esclarece que na lei prevê que  
441 se o componente resíduo sólidos tiver contemplado no plano de saneamento, não precisa ter os dois. Na  
442 oportunidade, Almir Cirilo explana sobre o Programa Pernambuco Tridimensional, que mapeou 85% do território  
443 do estado, neste sentido, quando algum projeto de drenagem do comitê for desenvolvido em uma das cidades  
444 do território pernambucano não será necessário fazer nenhum tipo de serviço de topografia. Fala também que  
445 se o comitê quiser dar uma sinalização compatível com as propostas históricas, deve se repensar no orçamento  
446 que foi destinado às intervenções específicas para povo da zona rural, acredita que foi muito pouco. Após  
447 demais intervenções, Gabriel Palma do INEMA, explana sobre o Projeto PERMAC 2009-2010 do então extinto  
448 INGA, que constituía na identificação de áreas passíveis de recomposição da mata ciliar, formação de quadro  
449 técnico nos municípios e mobilização dos atores sociais nas bacias hidrográficas. Pede que seja verificado se  
450 essa experiência pode ser contemplada como indicação de projeto para implantação no item de projetos  
451 especiais com os recursos oriundos da cobrança. Na sequência, Joaquim Reis, Prefeito de Pompéu, agradece  
452 o projeto implantado do Comitê, apoia os projetos hidroambientais e pede ajuda do CBHSF em relação a uma  
453 obra, já licitada, de construção da Estação de Tratamento de Esgoto do município. Fala que o próprio Ministério  
454 da Integração informou que não há recurso financeiro para execução da obra. O secretário do comitê orienta ao  
455 prefeito de Pompéu que encaminhe ofício com todas as informações ao comitê, que este remeterá solicitando  
456 providências junto ao Ministério da Integração. Após discussões sobre a rubrica de recursos alocados para a  
457 Fiscalização Preventiva Integrada, para além de atender os estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, abranger  
458 também o estado de Minas Gerais, Alberto Simon explana sobre as ações, estrutura do PAP e flexibilidade de  
459 remanejamentos. Victor Sucupira lembra a aprovação do PAP 2013-2015 em Bom Jesus da Lapa, reitera que o  
460 PAP é uma peça macro, que orienta a aplicação do recurso, e não um material a ser discutido no detalhe,  
461 reiterando a questão de possíveis remanejamentos e propõe um encaminhamento, que não se faça as  
462 alterações de valores no momento, mas que se registrem em ata as sugestões apresentadas para uma  
463 posterior análise da DIREC. Na oportunidade Luciana Khoury, pede que seja registrada a presença do Célio  
464 Costa, superintendente do IBAMA na Bahia, que tem prestigiado o CBHSF. Explana sobre a importância do  
465 programa da FPI, que inclusive acompanha os investimentos do programa de revitalização. Cita que detectou  
466 problemas em relação a aplicação de recursos previstos para revitalização, em que houve investimentos  
467 altíssimos em esgotamento sanitário, por exemplo, pelo Ministério da Integração através da CODEVASF e não  
468 tem trinta por cento da obra concluída. Informa que foi criado na Bahia um Grupo de Trabalho de  
469 desdobramento da ação entre promotores e procuradores da República e TCU para fiscalizar e fazer com que  
470 essas sejam concluídas. Reforça que o investimento da revitalização deve ser assegurado. Sobre o  
471 remanejamento do valor na rubrica do FPI no PAP 2013-2015, fala que não foi simples e que o momento de  
472 decisão desta questão é nesta plenária. Com a palavra José Cisino fala que é impossível se aumentar o preço  
473 de uso da água pela irrigação, mas sim deve se aumentar a base e fala de uma proposta de projeto de  
474 demarcação de APPs no rio São Francisco. Com a palavra, o presidente do CBHSF fala que identificou dois  
475 pontos em que poderá haver mais aporte de recursos: FPI e pesquisas. Neste sentido sugere a criação de uma  
476 comissão para apresentar uma proposta de reajustes até o final da plenária para ser submetida à aprovação.  
477 Aproveita para responder ao José Cisino que o CBHSF deverá fazer a revisão da cobrança, mas sem cometer  
478 irresponsabilidades. Os coordenadores das CCRs se abstiveram de apresentar para ceder prazo para  
479 discussão do PAP. Após o intervalo do almoço, o secretário do CBHSF passa a palavra para Victor Sucupira  
480 que recomenda a leitura do relatório que o Tribunal de Contas da União sobre o resultado de uma fiscalização  
481 realizada cujo objetivo foi conhecer a estrutura e organização das entidades delegatárias e dos comitês de  
482 bacia de domínios da união. Teve como objetivo identificar riscos e fragilidades na gestão, especialmente  
483 quanto às responsabilidades, e concluem que em relação à governança, verificou-se que a gestão das bacias  
484 que já iniciaram a cobrança pelo uso da água está adequadamente institucionalizada, têm planos e objetivos  
485 bem definidos e possuem um planejamento que orientam a sua operacionalização, adequados instrumentos de  
486 transparência, dentre outros requisitos. Informa que este relatório está disponível no site da AGB Peixe Vivo.

## ATA DA XVI REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA E XXVIII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADAS EM SALVADOR-BA

487 Sugere também a leitura do relatório da auditoria da ANA, que fiscaliza as contas da agência, não apontou  
488 nenhum tipo de irregularidade, inclusive com elogios ao processo administrativo interno da AGB Peixe Vivo.  
489 Após elogiar o trabalho desenvolvido pela AGB Peixe Vivo e do próprio CBHSF passa a palavra para Regina  
490 Greco. Esta fala o que foi discutido no âmbito da comissão criada e apresenta a proposta do PAP, com  
491 aumento de recursos na rubrica do FPI. Ato contínuo, a Deliberação Normativa que dispõe sobre o PAP 2016-  
492 2018 é aprovada pelo Plenário. Roberto Lobo faz a declaração de voto em apoio ao PAP com as alterações  
493 realizadas. Na sequência, Maciel Oliveira passa a palavra para Roberto Farias, coordenador da CTIL – Câmara  
494 Técnica Institucional e Legal, para apresentar a deliberação sobre o Procedimento de Conflito de Uso nº  
495 001/2014. Roberto Farias explana processo e seu fluxo dentro do CBHSF. Informa que a CTIL instruiu todo o  
496 processo a luz da DN CBHSF nº 82/2014. Fala sobre a audiência de conciliação, que foi inviabilizada pela  
497 ausência dos suscitantes, com a presença apenas da CHESF e IBAMA e com a justificativa ausência da ANA.  
498 A comissão designada para analisar o processo elaborou parecer que concluiu pela caracterização do conflito e  
499 apresenta recomendações de forma a mitigar o mesmo. O parecer foi aprovado no âmbito da CTIL e hoje está  
500 pautado na plenária para aprovação. O secretário do Comitê coloca o parecer em aprovação. O parecer foi  
501 aprovado com **1 voto** contrário (Ministério de Minas e Energia) e **5 abstenções** (FIEMG, CEMIG, CHESF,  
502 Ministério do Planejamento e da Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos de Pernambuco). Com a  
503 palavra Sonáli Cavalcanti solicita que a declaração do voto de abstenção da CHESF seja registrada: *“A Chesf  
504 considera a necessidade de se ampliar o ângulo de visão sobre o Conflito de Uso nº 01/2014, uma vez que em  
505 uma situação de excepcionalidade como a vivida na bacia hidrográfica do rio São Francisco, todos os usos da  
506 água sofrem restrição. A Chesf entende que a solução do Conflito de Uso nº 01/2014 exige condições  
507 hidrometeorológicas com repercussão tanto no regime de vazões, quanto no armazenamento dos reservatórios,  
508 que não se verificam desde o ano de 2013, conforme vem sendo exposto pela Chesf e ONS no decorrer deste  
509 período de baixíssima hidraulicidade observando na Bacia do São Francisco, que deu causa às medidas  
510 excepcionais ora praticadas e devidamente autorizadas por quem de direito”*. Em continuidade a reunião,  
511 Alberto Simon faz apresentação sobre a atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do  
512 rio São Francisco. Fala sobre a situação atual, tendência e desafios, visão, eixos, metas e investimentos e  
513 articulação institucional. Informa sobre o *hotsite* do plano que está inserido no site do CBHSF. Fala da  
514 discussão sobre a revisão da divisão fisiográfica da bacia. Explana sobre os grandes desafios e eixos de  
515 atuação: qualidade da água e saneamento; quantidade de água e usos múltiplos; biodiversidade e  
516 requalificação ambiental; governança da bacia; educação ambiental, comunicação e mobilização social. Após o  
517 detalhamento dos eixos de atuação finaliza sua apresentação e abre espaço para perguntas e contribuições.  
518 Almir Cirilo diz estar preocupado com o uso extensivo da água subterrânea e faz um encaminhamento que seja  
519 criada no âmbito do CBHSF uma Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, onde ser reúna a capacidade de  
520 hidro geólogos dos estados para efetivamente avaliar o risco que hoje está correndo as formações aquíferas do  
521 São Francisco e a partir dessas definições, se possam tomar decisões mais efetivas por parte do comitê, se for  
522 preciso até utilizar instrumentos legais. Com a palavra, Sonáli Cavalcanti observa que não viu menção à  
523 Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH, quando se abordou a cobrança pelo  
524 uso da água e questionou se o Plano iria passar ao largo do pagamento pelo uso da água que o Setor Elétrico  
525 efetua, citando os valores que foram pagos no ano de 2014, que somam a quantia de R\$ 155 milhões, dos  
526 quais cerca de R\$ 124 milhões aportam diretamente nos cofres dos estados e municípios da bacia. Sugeriu que  
527 o Comitê poderia buscar parte dos recursos que estados e municípios recebem. Alberto Simon garante que  
528 esse assunto será tratado no PRH SF. Com a palavra, José Cisino diz não concordar com a afirmativa de que  
529 quem está rebaixando o rio é a agricultura, e por causa desta a água do rio está acabando. Pede que os dados  
530 secundários sejam utilizados com cautela para não induzir ao erro. Na sequência, Yvonilde Medeiros fala sobre  
531 vazão ambiental e que até o momento não viu na atualização do PRH SF. Melchior Nascimento e Anivaldo  
532 Miranda reiteram a questão da divisão fisiográfica da bacia, que se não for revista poderá causar problemas  
533 geopolíticos. O presidente do CBHSF propõe que essa questão seja remetida ao GAT. Na sequência Alberto  
534 fala que não se pode perder a coerência técnica do plano, essa questão deve ser debatida. Após diversas  
535 discussões e contribuições, Luciana Khoury reforça a questão do Plano Emergencial do São Francisco, na  
536 sequência o secretário do comitê fala que essa demanda será encaminhada na reunião que terá em Brasília,  
537 considerando os diversos usuários. Em seguida, Larissa Rosa diz que não vê refletido no plano a questão da  
538 revitalização ambiental. Pergunta o que seria requalificação ambiental ao invés de uma revitalização ambiental.  
539 Após discussões, contribuições e esclarecimentos, Maciel Oliveira informa que será encaminhada à CTIL a  
540 demanda para elaboração da minuta da Deliberação para criação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas e

## ATA DA XVI REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA E XXVIII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADAS EM SALVADOR-BA

541 na próxima Plenária será pautada para aprovação, na sequência convida Cláudio Fabi, do ICMBio para  
542 apresentar sobre o PAN São Francisco – Plano de Ação Nacional para a conservação das espécies ameaçadas  
543 de extinção da fauna aquática da Bacia do Rio São Francisco. Este agradece a oportunidade e fala um pouco  
544 sobre a construção, ações e missão do ICMBio. Em seguida, explana sobre as principais ameaças à  
545 diversidade biológica e fala que o número de espécies ameaçadas na fauna brasileira subiu para 1.173  
546 espécies. Cita o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, que tem como um de seus objetivos  
547 estratégicos melhorar a situação de biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética.  
548 Explica que os PANs são planos de ações nacionais para tentar reverter as espécies que estão ameaçadas,  
549 sendo que o PAN São Francisco é o maior em termos de área geográfica. Fala que um dos objetivos de estar  
550 na reunião do comitê é para inserir a participação social de outros parceiros, já existe um conselho assessor,  
551 em que gostaria de incluir outros atores. Explica que o PAN vai fazer um pacto com todos os usuários,  
552 residentes, comunidade da região, desenvolvimento de ações de conservação ambiental. Expõe mapas o  
553 registro de ocorrências das espécies ameaçadas de extinção na bacia. Diz que a primeira fase do PAN será  
554 desenvolvida no Alto São Francisco, região com mais ocorrência de espécies ameaçadas de extinção. Explica  
555 que as barragens dificultam a reprodução dos peixes e que na necessidade de construção delas deve haver um  
556 planejamento que não pense apenas em disponibilidade de água, mas a existência da vida. Fala que o objetivo  
557 do PAN São Francisco é aprimorar o conhecimento sobre as espécies ameaçadas e mitigar as atividades  
558 impactantes, promovendo a conservação e a recuperação da fauna aquática da bacia do rio São Francisco, em  
559 cinco anos. Cita as espécies ameaçadas de extinção: Mandi-bagre, Pirapitinga, Pirá, Lambari, Pacamão,  
560 Cascudo do Mutuca, Barrigudinho e Cambeva. Além dessas oito espécies, ainda existem seis que estão quase  
561 ameaçadas: Piabinha, Pintado, Bragre, Cascudo preto, Dourado e *Plesioptopoma curvidens*. Outras espécies  
562 de peixes ameaçados que são os Rivulídeos, não estão no PAN São Francisco, pois existe um PAN específico  
563 para eles e os Troglóbios, que estão no PAN dos ambientes de caverna. Fala sobre o que será feito para tentar  
564 reverter a situação e das interfaces com o CBHSF: divulgação do Plano, aumentar o número de parcerias,  
565 aumentar a participação social, buscar novas fontes de financiamento, integrar a informação e trabalhos já  
566 existentes e garantir a efetividade das ações na região. Após contribuições e perguntas dos presentes que se  
567 inscreveram e esclarecimentos por parte do representante o ICMBio, Maciel Oliveira, secretário do CBHSF  
568 passa para a palavra para Ronald Guerra que faz a leitura da proposta de Moção em solidariedade ao Rio  
569 Doce. Após discussões e melhoria na redação a Moção foi aprovada pela plenária. Para encerrar a pauta,  
570 Maciel Oliveira, secretário do CBHSF coloca em discussão sobre a cidade que irá sediar a próxima plenária a  
571 ser realizada em maio de 2016. Após discussões, o município de Aracaju/SE é escolhido. Ao final, Anivaldo  
572 Miranda, presidente do CBHSF agradece a presença de todos e declara encerrada a XXVIII reunião Ordinária  
573 do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. **Ata da XVI Plenária Extraordinária e XXVIII Plenária  
574 Ordinária do CBHSF aprovada na XXIX Plenária Ordinária do CBHSF, realizada em Aracaju/SE em 19 de  
575 maio de 2016.**